

Desafios dos cursos de formação docente frente às políticas públicas no Brasil

Maria de Lourdes Ramos da Silva¹

Resumo: Entre os desafios que se colocam para a busca de uma educação básica de qualidade, a formação dos futuros educadores é de importância decisiva, já que serão eles os responsáveis por inserir os alunos no universo das letras, da história, da geografia, da matemática e das ciências. Por essa razão, a qualidade pedagógica oferecida pelos cursos de formação docente é muito importante, afim de que seus egressos possam atuar como profissionais competentes e comprometidos com o seu momento histórico.

Palavras Chave: cursos de formação de professores, educação básica.

Abstract: Among the challenges facing the search for a quality basic education, the training of future educators is of crucial importance, since they are responsible for entering students in the world of letters, history, geography, mathematics and science. For this reason, the quality of teaching offered by teacher training courses is very important, so that its graduates can work as competent professionals and committed to their historical moment.

Keywords: training courses for teachers, basic education.

Impactos Das Políticas Públicas Na Formação Dos Professores

A LDB nº 9.394/96 destacou a importância da formação de educadores competentes e comprometidos com sua prática cotidiana para atuar na Educação Básica, considerando-a como a única forma de garantir a todos os alunos em idade escolar o acesso a uma escola de qualidade.

Entretanto, em pesquisa realizada pela Fundação Victor Civita em 2010, verificou-se no Brasil uma contínua diminuição pela procura da profissão docente. Houve não só uma queda no número de formandos em cursos de licenciatura, mas também uma mudança de perfil dos que buscam a profissão. Entre 2005 e 2006, verifica-se uma redução de 9,3% de alunos formados, o que acentua a escassez de professores para atuar no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio. A situação é mais complicada em áreas como Física, Matemática, Química e Biologia.

Por outro lado, o perfil socioeconômico dos alunos que escolhem o Magistério tem mudado nos últimos anos. De acordo com os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem-Inep/MEC, 2008) tais alunos apresentam dificuldades acentuadas no tocante ao domínio da leitura, escrita e compreensão de textos, sendo que a maioria é proveniente dos sistemas públicos de ensino, os quais têm apresentado um baixo desempenho nas avaliações nacionais efetivadas. Trata-se de estudantes que devido às restrições financeiras familiares, tiveram poucas possibilidades de acesso a leituras, cinemas, teatros, eventos, exposições e viagens. E essa mudança de perfil trouxe implicações para os cursos de licenciatura que estão tendo que lidar com um novo background cultural dos estudantes.

Dentre os motivos apontados por aqueles que não escolheriam a carreira do magistério, destacam-se os seguintes: baixa remuneração, desvalorização social da profissão, desinteresse e desrespeito dos alunos em relação ao professor, condições de trabalho, exigência de envolvimento pessoal na profissão, falta de estímulo para progredir na profissão (Fundação Victor Civita, 2010).

¹. Livre docente da USP e diretora da Faculdade de Ciências da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FAC-FITO) mlramos@usp.br; malu.ramos@fito.edu.br.

Considera-se, pois, que a formação de professores nos cursos de licenciatura para a Educação Básica representa um aspecto básico a ser enfrentado pelas políticas públicas brasileiras. Para tanto, a LDB de 1996 determinou que para o exercício do Magistério da Educação Básica seria exigida a licenciatura em cursos de Graduação plena (Cursos de Pedagogia), admitindo-se a formação em nível médio, na modalidade Normal, para a Educação Infantil e para as 4 séries iniciais do Ensino Fundamental. Já para as séries finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, os professores deveriam possuir licenciatura na área específica da disciplina que ministram.

Parte-se do pressuposto de que existem diferenças cruciais entre os alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, já que o desenvolvimento motor, emocional e mental desses alunos é significativamente diferente. Por essa razão, até o 5º ano do Ensino Fundamental, as classes contam com um docente principal, já que o ensino deve ser integrado e os laços afetivos que se constroem entre alunos e professores é uma condição *sine qua non* para que a aprendizagem se efetue. Entretanto, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e durante todo o Ensino Médio, os diversos conteúdos deverão ser ensinados por docentes especializados que possibilitem aos alunos o aprofundamento necessário nos diversos domínios do conhecimento.

Todavia, embora possamos constatar um sucesso razoável no atendimento à demanda escolar, por outro lado, os resultados deixam a desejar no que tange ao desempenho da aprendizagem dos estudantes, pois as avaliações nacionais do SAEB demonstram ter havido, no conjunto, certo retrocesso no nível de desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental.

Tal retrocesso é preocupante, à medida que evidencia desigualdades significativas quanto à apropriação de conhecimentos por parte de alunos oriundos de diversos segmentos sociais, o que dificulta o alcance de uma educação de qualidade para todos. Entre as crianças que conseguem terminar o ensino fundamental, uma porcentagem significativa lê e escreve com dificuldade, o que restringe drasticamente a ampliação de seus horizontes culturais.

Por essa razão, é fundamental que o futuro docente esteja preparado para entender as características do novo alunado, já que a universalização de acesso à escola propiciou a entrada de crianças de etnias e classes sociais diferentes, muitas delas sem ter tido nenhum contato com a cultura letrada anteriormente. Atualmente, a escola acolhe inúmeras crianças oriundas de famílias mono parentais, com único provedor, em geral a mãe, em cujas casas não há livros, jornais ou revistas e nem lápis e papel.

Com tal preocupação, o Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação CEE nº 111/2012, apoiada por sua vez nos pressupostos da Deliberação 78/2008, fixa as Diretrizes Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual. Assim, com fundamento no inciso V, art. 52, da Lei 9394/96, e considerando o que consta na Deliberação CEE 78/2008, delibera alguns pontos de fundamental importância para os cursos de formação docente no Estado de São Paulo a serem aplicados às turmas ingressantes a partir do 1º semestre de 2013.

Cursos de formação docente para a educação infantil e início do ensino fundamental

A partir da Resolução CNE/CP nº 1/2006, o curso de Pedagogia tem como finalidade básica a formação de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental.

Não obstante, à medida que o curso se propõe a formar gestores e docentes para a educação infantil (creche e pré-escola) e para o 1º ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano), deve contemplar cada uma dessas idades e preparar o futuro professor para trabalhar diferentemente com cada uma dessas faixas etárias, já que a pré-escola é muito diferente tanto da creche quanto do 1º ciclo do Ensino Fundamental.

Na creche, o cuidar é muito importante, já que o profissional interage continuamente com crianças de 0 a 3 anos. Assim, tanto o momento do banho, como o da alimentação e o das brincadeiras devem representar oportunidades múltiplas para estimular as crianças em seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

Já na pré-escola, as crianças devem ser estimuladas a fazer as coisas por si próprias, tais como: comer, vestir, usar o banheiro, lavar as mãos e escovar os dentes. É crucial que elas se familiarizem com um espaço diferente daquele que vivenciam em suas casas e que aprendam a respeitar os outros, a esperar sua vez e a serem solidárias com os colegas. É importante ainda que as crianças possam manusear livros e revistas e que desenvolvam atividades como cortar, colar, desenhar e colorir, visto que tais atividades são muito importantes para o posterior domínio do uso do lápis, que é fundamental na alfabetização.

O 1º ciclo do Ensino Fundamental é considerado o ponto crítico do ensino, já que a criança vai aprender a ler e a escrever, a realizar operações simples de matemática e a adquirir noções elementares de Geografia, História e Ciências, que são indispensáveis para a compreensão do mundo que as cerca e para o prosseguimento de seus estudos. Por essa razão, é crucial que possa contar com professores competentes e comprometidos, que saibam interagir satisfatoriamente com os alunos, sem preconceitos de nenhuma espécie, cujas conseqüências são invariavelmente funestas e irreversíveis.

Além disso, os docentes do início do Ensino Fundamental necessitam de uma formação geral e diversificada, que lhes permita ajudar o aluno a pensar sobre o que as coisas querem dizer e sobre o significado de suas existências, decodificando paulatinamente o universo de suas dúvidas e incertezas, com base em valores éticos fundamentais ao convívio humano.

Entretanto, muitos formandos do curso de Pedagogia demonstram inúmeras dificuldades para dar conta de todas essas tarefas. Segundo Arnaldo Niskier (2008), os cursos de Pedagogia tendem a supervalorizar a teoria em detrimento da prática educativa, sendo o trabalho concreto em sala de aula quase sempre colocado em segundo plano, enfatizando-se a aplicação de conhecimentos filosóficos, antropológicos, políticos, históricos e econômicos à educação. O estágio supervisionado é uma disciplina relegada e, às vezes, até inexistente. Tudo isso dificulta a formação de professores competentes e comprometidos com seu ofício de ensinar.

Além desses aspectos, a grande maioria dos alunos dos Cursos de Pedagogia apresenta limitações construídas ao longo de uma educação básica deficitária, que se revelam na dificuldade de compreender os textos, de escrever corretamente e de conhecer conceitos científicos imprescindíveis. Esses problemas não raro acompanham os alunos durante o curso, sem que consigam livrar-se deles até o seu término.

Com o intuito de minimizar tais entraves, a Deliberação CEE nº 78/2008, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, buscou incentivar os cursos de Pedagogia a se adequarem às tarefas de ensino, ao determinar que esses cursos deveriam dedicar o mínimo de 1600 horas às atividades de formação pedagógica.

Com base nessa Deliberação, foi aprovada recentemente a Deliberação nº 111/2012, que fixa diretrizes curriculares para a formação de docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação em Pedagogia, Normal Superior e

Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual, que deverão incorporá-las ainda neste ano letivo.

Para tanto, estabelece que o Curso de Pedagogia tenha a carga de 3200 horas e o Curso Normal Superior a carga de 2800 horas distribuídas da seguinte forma:

- 1-) 800 horas para a formação científico cultural, mediante estudos de Língua Portuguesa falada e escrita e a produção e a utilização de diferentes gêneros de textos; estudos de Matemática e de estatística; estudos de História sobre a constituição das grandes divisões políticas do Brasil e do mundo globalizado; estudos de Ciências Naturais ressaltando a compreensão da evolução da vida, do corpo humano e de seu crescimento, da saúde e da doença; utilização das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) como recursos pedagógicos;
- 2-) 1600 horas para a formação didático-pedagógica específica para a pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, mediante a compreensão da História da Educação e da evolução sócio-filosófica das ideias pedagógicas que fundamentam as práticas escolares; o conhecimento da Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem; o conhecimento do sistema educacional brasileiro e sua evolução histórica; conhecimento e análise das diretrizes curriculares, nacionais e estaduais; domínio e aplicação da Metodologia de Ensino e da Didática; domínio das especificidades da gestão pedagógica na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental; conhecimento de procedimentos de avaliação e desempenho escolar realizados pelo MEC e pela Secretaria Estadual de Educação;
- 3-) 400 horas para estágio supervisionado;
- 4-) 400 horas para a formação de docentes para as demais funções previstas na Resolução CNE/CP n. 01/2006.

As diretrizes instituídas pela Deliberação nº 111/2012 para os Cursos de Pedagogia e Normal Superior possibilitam ao futuro professor uma formação mais interdisciplinar e mais ampla, considerando que o pedagogo necessita de um maior domínio de informações que circulam em diferentes áreas do conhecimento, bem como da compreensão da relação entre elas.

Considera-se que tais diretrizes representam sem dúvida um avanço considerável se queremos construir um curso de Graduação em Pedagogia com uma identidade coesa, empenhado em formar docentes capazes de acolher os alunos no início da escolaridade, propiciando-lhes abertura para o entendimento do mundo que os cerca, por mais diferentes que sejam.

Cursos de formação docente para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio

A formação dos professores para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio tem sido realizada em cursos de bacharelado, onde se percebe uma nítida dicotomia entre o estudo da disciplina a ser ensinada e a preparação pedagógica transmitida. Por essa razão, tem sido conhecida como a fórmula 3+1. Apesar da abertura apontada pela LDB de 1996, percebe-se ainda muita resistência para se pensar em licenciaturas multidisciplinares, que possibilitem habilitações múltiplas, bem como um currículo do Ensino Fundamental mais interdisciplinar e integrado.

Nos cursos de licenciatura também há dicotomia entre a preparação pedagógica e o estudo das disciplinas específicas do bacharelado. Os professores das matérias pedagógicas, formados por sua vez em Cursos de Pedagogia, quase sempre desconhecem os conteúdos que os futuros professores irão ministrar. E os professores das disciplinas de conteúdo desconhecem a programação dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio e o que os alunos deverão aprender para ministrar aulas nesses níveis de ensino.

Uma vez que os futuros professores tendem a reproduzir na prática docente a mesma organização de conteúdos que receberam enquanto cursavam o bacharelado enquanto alunos, dificilmente se sentem confiantes para desenvolver assuntos relacionados aos temas transversais, o que lhes exigiria uma formação interdisciplinar que não tiveram durante a sua formação pedagógica.

Também não é ensinado aos futuros professores como devem fazer a transposição necessária entre o que aprenderam no curso de licenciatura e nas disciplinas específicas do bacharelado, com os conteúdos a ser ministrados no Ensino Fundamental e Médio, muito menos como devem ser ensinados tais conteúdos.

Nos cursos de bacharelado, encontra-se o mesmo problema que encontramos nos alunos do Curso de Pedagogia: um grande número de alunos com uma formação muito precária não só em relação à área de ensino na qual irão atuar, como também em matemática e português.

Com vistas ao enfrentamento de tais desajustes, a Deliberação CEE nº 111/2012, com base na Deliberação 78/2008, determina que os cursos de formação de professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio deverão dedicar, no mínimo, 30% da carga total à formação didático-pedagógica, excluindo o estágio supervisionado e formação científico-cultural.

Assim, propõe para a formação científico-cultural estudos de Língua Portuguesa falada e escrita e a utilização das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs). Já a formação didático-pedagógica prevê a compreensão da História da Educação, o conhecimento da Psicologia do desenvolvimento e da Aprendizagem com foco na adolescência e idade adulta; o conhecimento do sistema educacional brasileiro e sua evolução histórica; o domínio e aplicação da Metodologia de Ensino e da Didática própria aos conteúdos a serem ensinados; o domínio das especificidades da gestão pedagógica nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio; o conhecimento de procedimentos de avaliação e de desempenho escolar realizadas pelo MEC e pela Secretaria Estadual de Educação. Prevê ainda 400 horas para estágio supervisionado, sendo 200 horas dedicadas à docência dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, 100 horas dedicadas à gestão do ensino e 100 horas de atividades teórico-práticas e de aprofundamento em áreas específicas.

Conclusões

Constata-se que os cursos voltados para a formação de professores da Educação Básica precisam adaptar-se às novas exigências ocasionadas pelas transformações sociais ocorridas principalmente nos últimos vinte e cinco anos. Entre elas, destaca-se o perfil de alunos que buscam tais cursos, já que a maioria dos estudantes traz consigo limitações oriundas de um ensino precário e deficitário, que os leva a cometer erros crassos de ortografia, a ter dificuldade na compreensão de textos e a desconhecer os conceitos científicos imprescindíveis à compreensão da evolução das ciências. Tais aspectos não podem continuar a ser ignorados pelos cursos de formação de professores, pois se queremos formar profissionais competentes, é necessário em primeiro lugar enfrentar tais deficiências com vistas a complementar essa formação anterior. Por outro lado, os cursos de licenciatura tendem a valorizar a teoria e a menosprezar a prática de sala de aula, principalmente a prática relativa aos estágios. O trabalho do professor em sala de aula é deixado de lado, muitas vezes em função de teorias pedagógicas muitas vezes ultrapassadas e sem nenhuma contribuição efetiva à atuação docente.

Uma proposta de estágio que almeje uma boa formação profissional pode, além de incluir as atividades já tradicionais, contemplar a preparação e a pilotagem de material didático para engajar o estagiário em atividades extracurriculares, tais como: classes de aceleração, oficinas de redação, clubes de leitura, clubes de conversação em

línguas estrangeiras, auxílio na avaliação de alunos e reflexão sobre a cultura da sala de aula. Outras atividades relevantes do estágio são projetos de pesquisas em forma de estudos de caso, pesquisa-ação e projetos de educação continuada, nos quais estagiários e professores estabelecem parcerias para que, juntos, os primeiros se formem e os segundos garantam sua qualificação continuada.

Além disso, há nos cursos de formação dos docentes uma falta de conexão entre os ensinamentos pedagógicos e os conteúdos das disciplinas específicas. Logo, quem cursa a área de química, em geral aprende química e aprende pedagogia, mas não aprende a fazer a ponte entre ambas, não aprende a unir as duas áreas para ministrar aulas de modo competente. O mesmo acontece nos demais cursos de licenciatura, como Letras, História e Matemática e Física.

Portanto, os desafios que se colocam para os cursos de formação de professores podem ser sintetizados nos seguintes vetores: o caráter excessivamente teórico dos cursos de formação de professores; a falta de integração entre os ensinamentos pedagógicos e os conteúdos específicos a ser transmitidos aos alunos do Ensino Fundamental e Médio; o menosprezo atribuído aos estágios e a falta de prestígio que a própria academia dedica à área de formação de professores, demonstrando baixo interesse em criar cursos de formação docente competentes e eficazes.

Para enfrentar tais desafios, é fundamental direcionar os diversos cursos de formação de professores para a realidade da sala de aula, sem atribuir tanta ênfase à teoria em detrimento da prática. Além disso, é preciso aperfeiçoar a relação entre o conteúdo a ser transmitido e a didática a ser utilizada, transformando o conhecimento em práticas escolares passíveis de serem vivenciadas pelos alunos nos diversos cursos de licenciatura. Com esse objetivo, a Deliberação CEE nº 111/2012, busca complementar a formação oferecida em cursos de formação de docentes para a Educação Básica, a partir de diretrizes curriculares que deverão ser incorporadas em 2013 pelos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual.

À medida que tal Deliberação resultou de um diagnóstico competente e detalhado da situação dos cursos de profissionalização docente no Estado de São Paulo, representa sem dúvida um avanço crucial para a melhoria do desempenho das escolas, devendo seus pressupostos serem ampliados a todos os cursos de formação de professores da nação brasileira.

Referências bibliográficas

Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. www.mec.gov.br/home/ftp/LDB.doc

Deliberação CEE nº 111/2012 (Diretrizes Curriculares Complementares para a formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação em Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao Sistema Estadual de Educação).

Deliberação CEE nº 78/2008 (Normas complementares para a formação dos profissionais docentes em Cursos de Licenciatura para a educação básica vinculados ao sistema estadual e ressalvada a autonomia universitária)

Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação. <http://www.mec.gov.br/SESU/diretriz.shtm>

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Estudos e Pesquisas Educacionais**, 2010 (341p)

NISKIER, Arnaldo. Educação em crise. **Jornal Folha de São Paulo**, 2/12/2008, p 3.

Resolução CNE/CP nº 1/2006 (Fixa diretrizes para os cursos de Pedagogia)

Resolução CNE/CP 1/2002 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. <http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CP012002.pdf>)

Recebido para publicação em 12-03-12; aceito em 10-04-12